

SELETA

FORMAÇÃO SOCIAL DAS ALAGOAS

Craveiro Costa

A população que nele (no território alagoano) se estabeleceu dedicou-se à agricultura. Os povoados surgiram, em geral, dos centros agrícolas, com o engenho por célula, sob a proteção do sesmeiro, senhor da terra, senhor da escravaria, senhor do gado, elementos essenciais do trabalho colonial. A expansão do burgo não afasta o engenho de açúcar e o proprietário para a exercer a sua autoridade sobre as atividades que se congregaram e essa autoridade, dominadora e absorvente, se transmite naturalmente, com a sucessão da propriedade, aos descendentes. E esse predomínio está na razão direta da opulência senhorial.

A organização da comarca quebrantou um pouco esse prestígio formidável, pela imposição generalizadora da lei e domínio legal da autoridade judiciária. Assim, já havia no território um poder maior e legal a que se podia recorrer do arbítrio feudal. E se bem que esse recurso, que a lei assegurava, fosse moroso e, não raro, ineficaz, por se decidir sempre a favor do mais forte, a simples presença de uma magistratura togada, estranha ao meio, amparada pela força das armas, mais ou menos próxima, serviu para cercear um pouco o poderio dos senhores da terra, deixando-os com as suas arrogâncias e as suas violências nos limites do engenho ou da fazenda pastoril.

Dentro, porém, de seus domínios o senhor era soberano, e essa soberania, tomando outro aspecto ao ser criada a capitania, solidificou-se ao ingressar na vida política, que se instaurava. Agora o senhor perde a rudeza colonial ao contacto de outras influências sociais; mas se expande, saindo da raia da propriedade rural e dos limites do município para abranger municípios circunvizinhos, ligando-se a outros magnatas, por diferentes meios de aliança.

Surgem as oligarquias municipais. A província, principalmente ao norte, tornou-se um conglomerado de oligarquias, cada qual com o seu poder central, o seu chefe, ante o qual se dobravam todas as vontades, se amolgavam todas as resistências. Dominavam a província como fatores econômicos, como forças políticas, como expoentes sociais. Economicamente eram os produtores da riqueza; politicamente eram os

grandes eleitores; socialmente eram a aristocracia faustosa que a monarquia brasonava em baronatos e viscondados.

Meia dúzia de famílias enriquecidas na lavoura, com prestígio vindo do período colonial, ficou, durante toda a monarquia, dominando na província. Ao redor delas gravitavam miríades de satélites, desde o cabo eleitoral à turba-multa de anônimos, a cuja dedicação os chefes das oligarquias recorriam, de quando em vez, quando era preciso opor à força numérica do voto a força decisiva do bacamarte.

Os núcleos principais dessas formidáveis oligarquias, que, em propriedades de grandes extensões, haviam firmado a sua riqueza na lavoura da cana, eram Porto Calvo, Porto de Pedras, Maragogi, Pioca, Santa Luzia, Coruripe, Camaragibe, São Miguel e Alagoas. Em 1870 a população escrava desses dez centros agrícolas, que constituíam outras tantas freguesias, era de 32.746 indivíduos para 116.192 habitantes livres. O escravo era a musculatura do regime, o fator maior da riqueza, o elemento primordial da economia pública.

Em 28 freguesias, naquele ano, estava dividida a província. As dez mencionadas constituíam a zona açucareira por excelência. Nas demais 18, a organização econômica tomara por base a indústria pastoril, auxiliada pelo cultivo do algodão. Era a zona dos latifúndios. O braço escravo não precisava ser tão numeroso. A sociedade no sertão formou-se mais democraticamente, como observa o professor Moreno Brandão; os homens que nela se salientaram pela opulência não tiveram na política provincial a mesma ascendência dos senhores de engenho do norte. A distância a que ficavam da capital, onde se reuniam os elementos orientadores da evolução política e onde se faziam as conspirações que levavam ao poder, não permitia a disputa vantajosa das posições. E foram precisamente as dificuldades resultantes dessa distância que, afastando das altas esferas administrativas os próceres sertanejos, mantiveram os pendores democráticos dos homens fortes e sinceros dessa zona.

Para as 18 freguesias do sertão apenas 16.052 escravos, a metade da escravaria das dez freguesias açucareiras. Por isso, quando, em 1888, a abolição, abrindo as senzalas e desertando os campos agrícolas e pastoris, derrubou o prestígio do senhor de engenho, a zona pecuária não chegou a desorganizar-se para o trabalho. Outro tanto não aconteceu na zona açucareira, onde a desorganização do trabalho abalou profundamente o edifício econômico, social e político, que os senhores de engenho haviam construído sobre o dorso frágil do escravo.

(História das Alagoas: resumo didático, 65-69. São Paulo, Melhoramentos, s.d. (1929)).